



e-ISSN: 2447-8180

DOI: 10.19180/2447-8180.v4n12020p13-24

Precisamos falar do “efeito balbúrdia”: um diálogo com Paulo Freire sobre o papel da extensão em tempos de ataques à educação pública

We need to talk about the “brouhaha-effect”: a dialogue with Paulo Freire over the role of extension in times of attack to public education

Pâmella Passos

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), Rio de Janeiro, RJ – Brasil. E-mail: pamella.passos@ifrj.br

Evelyn Morgan

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), Rio de Janeiro, RJ – Brasil. E-mail: evelyn.morgan@ifrj.br

Resumo

Elaborado num contexto de ataques à educação pública em nosso país, o presente artigo, através de um diálogo com o livro “Extensão ou Comunicação?” de Paulo Freire, pretende refletir acerca do papel das ações extensionistas no que tange uma postura hierárquica ou dialógica dos saberes. Tendo como ponto de partida para análise, a imagem de “balbúrdia” criada em torno das instituições públicas de educação no Brasil no ano de 2019, pretendemos discutir a importância do ato de comunicar para e com a sociedade acerca das produções e fazeres dentro dos muros das Universidades, Institutos e Escolas públicas brasileiras. Assim, retomando as ideias de Paulo Freire sobre a Extensão, problematizaremos também sua construção como inimigo da educação por aqueles que sustentam discursos conservadores, de uma suposta neutralidade do ensino e que na prática se relaciona aos interesses econômicos privatistas.

Palavras-chave: Extensão. Educação Pública. Balbúrdia. Paulo Freire. Comunicação.

Abstract

Amidst a context of attacks to public education in our country, the present article intends to reflect upon the role of extensionist actions regarding the hierarchic or dialogic postures of knowledges, by means of a dialogue with Paulo Freire’s “Extension or Communication?” book. Taking the image of the “brouhaha” created to address the Brazilian public education institutions in 2019 as the analytical standpoint, we intend to discuss the importance of the act of communication to/with society regarding its productions and doings within the University, Institute and Brazilian public school walls. Hence, making reference to Paulo Freire’s ideas of Extension, we will also problematize his being constructed as education’s enemy by those who uphold conservative discourses in the name of a so-called pedagogic neutrality that, in fact, pays tribute to privatist economic interests.

Keywords: Extension. Public Education. Brouhaha. Paulo Freire. Communication.

1. O “Efeito Balbúrdia” e os ataques à educação pública: considerações iniciais

No ano de 2019, o MEC anunciou um corte de verbas de 5,8 bilhões para a educação. O Ministro da Educação, Abraham Weintraub, declarou em entrevista ao jornal *Estadão*, no dia 30 de abril de 2019, que “Universidades que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia, terão verbas reduzidas”. A fala do ministro teve grande repercussão nos noticiários e redes sociais, pois afirmava que instituições públicas estariam desvirtuando as verbas a ela destinadas e usando-as, em suas próprias palavras, “para fazer bagunça e evento ridículo”, como aponta o trecho da reportagem destacado abaixo¹:

De acordo com Weintraub, universidades têm permitido que aconteçam em suas instalações eventos políticos, manifestações partidárias ou festas inadequadas ao ambiente universitário. “A universidade deve estar com sobra de dinheiro para fazer bagunça e evento ridículo”, disse. Ele deu exemplos do que considera bagunça: “Sem-terra dentro do *campus*, gente pelada dentro do *campus*”.

Weintraub não detalhou quais manifestações ocorreram nas universidades citadas, mas disse que esse não foi o único ponto observado. Essas instituições também estão apresentando resultados aquém do que deveriam, disse. “A lição de casa precisa estar feita: publicação científica, avaliações em dia, estar bem no ranking.” Ele, no entanto, não citou rankings. Nesta terça, O Estadão mostrou, porém, que as universidades acusadas de “balbúrdia” tiveram melhora no principal ranking universitário internacional, o Times Higher Education (THE). (ESTADÃO, 2019).

¹ A entrevista completa está disponível em <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,mec-cortara-verba-de-universidade-por-balburdia-e-ja-mira-unb-uff-e-ufba,70002809579>

Sem apresentar levantamentos oficiais ou provas que ratificassem sua afirmação, o também professor de uma instituição pública, e que atualmente ocupa o mais alto cargo da educação do país, vem a público acusar e criticar instituições que estão sob sua responsabilidade. Essa ação faz desse pronunciamento a justificativa para o corte de verbas, ainda que avaliações internacionais, como a apresentada pelo *Estadão*, indicassem a qualidade e produtividade destas Universidades.

Segundos após a declaração do Ministro da Educação, a expressão “balbúrdia” ganhou as redes sociais que passou a reinterpretá-la. A comunidade acadêmica de universidades federais tratou de criar perfis no *Instagram* batizados de “balbúrdia” somados a sigla da instituição (como *@balburdiauff* ou *@balburdiaufrj*). O uso desses perfis mobilizou universitários e servidores para divulgar a produção científica das próprias universidades, além de anunciar ações que aproximem o mundo acadêmico da população, conforme podemos perceber no exemplo a seguir.

Figura 1 - *post* do *Instagram* *@balburdiaufrj* divulgando ações da Universidade



Fonte: BALBURDIA UFRRJ. *Instagram*. Perfil *@balburdiaufrj*, 16 out. 2019.

Ao divulgar um evento com palestras, oficinas e minicurso, o perfil denominado de “balburdiaufrj” ressignifica o termo ao apresentar um exemplo de produção da instituição e convida a comunidade para participar. No fim da postagem, destaca-se também o convite feito: “o seu grupo de pesquisa/extensão/estudos também está fazendo balbúrdia e você quer divulgar? Manda pra gente!” Percebemos então um canal de comunicação criado a partir da acusação e depreciação feita pelo ministro.

A internet, entretanto, não ressoou apenas para ressignificar o termo balbúrdia criticando Weintraub, houve grande mobilização *online* de apoio à fala do ministro, atacando as instituições públicas. Enquanto as notas oficiais das Universidades destacavam a importância social dessas instituições de ensino, os comentários nas redes sociais apontavam para anedotas em torno do cotidiano estudantil coadunando com a declaração do ministro, como pode ser observado na postagem destacada.

Figura 2 - *tweet* em apoio ao ministro Weintraub e ao corte de verbas. A identidade do usuário foi preservada



Fonte: *Twitter*, 30 abr. 2019

Em nossa hipótese, se parte da sociedade concordou com o ministro é porque as pessoas não sabem o que acontece dentro das instituições públicas de ensino. Não há um sentimento de pertencimento àquele espaço, que, em geral, aparenta ser fechado apenas para os acadêmicos. A nosso ver, o distanciamento entre os espaços públicos de produção do conhecimento e a sociedade, pode ser compreendido a partir da ideia de que o saber produzido na Universidade chega pouco, ou de maneira não simplificada, à comunidade que a rodeia, gerando uma espécie de encastelamento desse saber. Há ainda, como nos questiona Paulo Freire, autor com quem dialogaremos nesse artigo, o saber que segue apenas um fluxo, emanando saberes de dentro para fora, não recebendo e tão pouco trocando com as produções extra-muros das Universidades e Institutos Federais.

Partimos do pressuposto de que as instituições públicas são um importante espaço de produção de conhecimentos fundamentadas em três bases: ensino, pesquisa e extensão. A extensão deveria ser a ponte – de mão dupla – da Universidade junto à comunidade para compartilhar com o público externo, o conhecimento produzido por meio do ensino e da pesquisa desenvolvidos na instituição. Ao tomar por base a realidade na qual não há vagas para todos no Ensino das Universidades e Institutos Federais, menos ainda nas pesquisas desenvolvidas por estas instituições, fica a cargo da Extensão o papel mais universalizador e democrático do acesso à educação pública, gratuita e de qualidade na rede federal.

Assim, ao considerar o exemplo de que muitos brasileiros acusaram Institutos e Universidades Federais de balbúrdia, reproduzindo *Fake News* com fotos e vídeos de ações em instituições que nunca adentraram, perguntamos: que extensão estamos desenvolvendo que não dialogou com essas pessoas? Nesse sentido, a repercussão social em torno da “balbúrdia” convida-nos à reflexão sobre a importância da extensão como um elo entre as instituições e a comunidade. Mas como é feita essa extensão?

No livro *Extensão ou Comunicação?* publicado por Paulo Freire no Chile em 1969, o autor parte da relação entre um técnico, representado pelo agrônomo, e um camponês para fazer uma análise do termo “extensão”. Propomos aqui um diálogo com essa obra tão atual, assim como o pensamento freireano.

2. Estender ou Comunicar? Perguntas de Paulo Freire para nossa prática atual

Incisivo e profundo, o breve livro de Paulo Freire sobre Extensão nos leva ao longo de suas 65 páginas a questionar o uso do termo “extensão”. Desde o início da obra, o autor é taxativo ao indicar uma incompatibilidade entre o termo extensão e uma prática educativa dialógica na qual não há um polo que emite conhecimentos e outro que recebe.

(...) a expressão “extensão educativa” só tem sentido se toma a educação como prática da “domesticação”. Educar e educar-se, na prática da liberdade, não é estender algo desde a “sede do saber”, até a “sede da ignorância” para “salvar”, com este saber, os que habitam nesta. (FREIRE, 1983, p. 15).

A pergunta que nos fazemos é: ainda estamos imersos numa educação como prática da domesticação? Acreditamos que os saberes produzidos dentro das Universidades e Institutos são os únicos capazes de salvar aqueles que estão fora dela de toda a ignorância? Somos capazes de dialogar verdadeiramente com os saberes e anseios que vem de fora das instituições?

Recorrendo a princípios filosóficos e linguísticos, Freire nessa obra nos aponta que as palavras que escolhemos para nomear nossas ações não são menos importantes, o que nos remete as importantes teorias do filósofo da linguagem Bakhtin:

As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. (...) a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados (BAKHTIN, 2004, p. 41).

Nesse sentido, a proposta de Paulo Freire sobre abolir o termo “extensão” substituindo-o por comunicação, é algo muito mais profundo e transformador do que uma simples alteração na nomenclatura. Tomando por base o exemplo da relação entre o técnico agrônomo e o camponês, Freire nos convida a pensar como estamos presos à equivocada ideia de posse absoluta do conhecimento pelo técnico, sem troca e sem o reconhecimento dos saberes trazidos por esses camponeses.

Esse formato hierárquico é comparado à Educação Bancária, modelo tradicional de prática pedagógica definido por Freire como uma transmissão passiva. Ou seja, é um depósito de conteúdo pelo detentor do conhecimento para os outros sujeitos, que neste caso é o aluno extensionista, considerado desprovido de conhecimentos e saberes. Dessa forma, o depósito de conhecimento no aluno é compartimentado e muitas vezes descolado do seu cotidiano. (FREIRE, 1983, p. 45).

No exemplo apontado pelo educador, identifica-se um problema de comunicação entre o técnico agrônomo e o camponês, trazendo tal reflexão para os dias atuais, perguntamos: este problema ainda está presente na relação entre professores-técnicos que desenvolvem ações de extensão e seu público-alvo? Situando esse artigo o qual apresenta autoras que são professoras de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, rede responsável por uma significativa interiorização da educação pública, gratuita e de qualidade no Brasil na última década, perguntamos ainda, os Institutos Federais (IF's) que possuem em sua lei de criação² a tríade: Ensino, Pesquisa e extensão, têm conseguido praticar uma extensão libertária ou domesticadora?

Destacamos que nosso objetivo não é julgar, menos ainda taxar de (in)corretas as práticas de extensão em curso, mas sim aguçar constantes reflexões que nos possibilitem repensar nossos pressupostos e ações de construção dialógica ou não do conhecimento. Dessa forma, compartilhamos o incômodo de que, recorrentemente, as ações de extensão são meros desdobramentos de pesquisas, confundindo-se por vezes com as chamadas pesquisas aplicadas.

Cabe aqui uma ressalva, as autoras deste texto, ambas pesquisadoras e doutoras, não compreendem o que seria uma pesquisa não aplicada, ainda que com viés exclusivamente teórico, as pesquisas devem sim ser aplicadas aos problemas sociais do nosso tempo. Então, eis uma questão epistêmica de produção do conhecimento a ser pensada e quiçá desconstruída.

Porém, voltando para as ações de extensão, não é raro ver instituições que tratam a extensão como algo menor, impondo uma hierarquia na tríade que baliza as Universidades e Institutos Federais. Isso faz com que se coloque Ensino e Pesquisa como prioritários, sendo a Extensão relegada a um lugar menor, por vezes simplificada a realização de eventos.

² A importância da extensão é destacada no artigo 6, parágrafo VII e no artigo 7, parágrafo IV. BRASIL. Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 2008.

Nesse contexto fazer extensão é resistência. Mas não basta ser resistência, é preciso pensar: a minha resistência é transformadora ou reproduz lógicas de hierarquização e dominação? Ou ainda, usando as palavras trazidas pelo estudo de Paulo Freire (1983) sobre extensão: minha ação extensionista é ou não antidialógica?

Entre as várias características da teoria antidialógica da ação, nos deteremos em uma: a invasão cultural. Toda invasão sugere, obviamente, um sujeito que invade. Seu espaço histórico-cultural, que lhe dá sua visão de mundo, é o espaço de onde ele parte para penetrar outro espaço histórico-cultural, superpondo aos indivíduos deste seu sistema de valores. O invasor reduz os homens do espaço invadido a meros objetivos de sua ação. (FREIRE, 1983. p. 26).

A extensão é formada por diversas ações que estão sujeitas as instituições que a ofertam, contudo possuem duas premissas básicas: a relação com a comunidade ao seu redor e a popularização do conhecimento produzido com o ensino e a pesquisa. Ao desenvolvermos essas ações, adentramos em outros territórios e a depender da forma como realizamos este movimento, de como encaramos nossos interlocutores, como sujeitos ou meros objetivos/objetos da ação, estaremos optando por uma prática dialógica ou não.

Porém, há em grande parte daqueles que desenvolvem ações de extensão uma enorme resistência com a prática dialógica, como Freire destaca:

Para grande parte, senão a maior parte dos agrônomos, com quem temos participado em seminários em torno dos pontos de vista que estamos desenvolvendo neste estudo, “a dialogicidade é inviável”. “E o é na medida em que seus resultados são lentos, duvidosos, demorados”. “Sua lentidão – dizem outros –, apesar dos resultados que pudesse produzir, não se concilia com a premência do país no que diz respeito ao estímulo à produtividade”. “Deste modo – afirmam enfaticamente – não se justifica esta perda de tempo. Entre a dialogicidade e a antidialogicidade, fiquemos com esta última, já que é mais rápida”. (FREIRE, 1983, p. 29).

“Produtividade” e “Perda de Tempo”, são argumentos que não apenas no contexto da década de 1960 quando Paulo Freire escreveu esse livro, mas, infelizmente, ainda hoje regem políticas e filosofias educacionais. É preciso compreender e afirmar, que o tempo do saber e do aprendizado não é o tempo do mercado ou ainda da economia capitalista. O tempo da educação é o tempo do encontro, do afeto, da confiança e da escuta dos sujeitos.

Outra característica que geralmente está presente nas atividades de extensão e dificulta a prática dialógica é a curta duração, a efemeridade do tempo. São raros os casos de extensão desenvolvidos de forma sistemática, sendo mais comuns ações pontuais. É válido então chamar atenção aqui para um aspecto bastante interessante da obra de Paulo Freire sobre extensão, o que ele chama de: “o silêncio dos camponeses”.

Temos perguntado, investigado, procurado saber as razões prováveis que levam os camponeses ao silêncio, à apatia, em face de nossa intenção dialógica? E onde buscar estas razões, senão nas condições históricas, sociológicas, culturais, que os condicionam? Admitindo uma vez mais as mesmas hipóteses para efeito de raciocínio, diremos que os camponeses não recusam o diálogo porque sejam, por natureza, refratários a ele. Há razões de ordem histórico-sociológica, cultural e estrutural que explicam sua recusa ao diálogo. Sua experiência existencial se constitui dentro das fronteiras do anti-diálogo. (FREIRE, 1983, p. 31).

Desse modo, compreender o silêncio dos sujeitos de nossas ações de extensão não significa que esses sejam por natureza refratários ao dialogismo, é fundamental para animar aqueles e aquelas que seguem firmes numa prática de extensão dialógica, mas que por vezes se decepcionam. Como aponta o educador Paulo Freire, são condições históricas e sociológicas, algumas estruturais que inserem nossos alunos-extensionistas no lugar daqueles que devem ficar mudos ou emudecidos para receber conhecimentos vindos da Academia. Somente o tempo e a afirmação constante do dialogismo podem mudar esta realidade.

3. Compartilhando uma receita: a experiência do fazer cultura COM as periferias

“Na educação não existe receita.” Quem nunca ouviu essa frase em textos ou eventos acadêmicos da área educacional? E foi recorrendo à imagem de uma receita que a professora-pesquisadora Nivea Andrade (2011) nos traz uma importante reflexão em sua tese de doutorado. Ao apresentar uma das interlocutoras de seu trabalho de campo, ela salienta:

Cristiane tem um pouco de Alice, do País das Maravilhas. Vive o encantamento, e a imaginação. Mas, duas fortes características da personagem de Lewis Carrol estão presentes também nesta Cris Alice: a curiosidade e a paixão. Tudo, ela quer entender o porquê. Quer saber o sentido, e se irrita quando os pedagogos dizem: *não há receita de bolo para mudar o ensino. –Mas o bolo não sai sem receita! Como conquistar os alunos? Como aguçar a curiosidade?*” (ANDRADE, 2011, p. 72).

De fato, o bolo não sai sem receita e tampouco é fácil romper com uma tradição educacional antidialógica. No caso específico da prática da extensão, em geral voltada para aqueles que estão fora do espaço educacional/acadêmico formal, tal tradição é ainda mais recrudescida, ancorada na desvalorização dos saberes não escolarizados.

Cientes desse cenário, trazemos de forma breve a experiência de um projeto de extensão coordenado por uma das autoras deste artigo. Compartilhamos essa experiência compreendendo-a sim como uma receita, mas uma receita como nos ensina a mãe da pesquisadora Nivea Andrade:

Receita para minha mãe não é um modelo fechado, que se seguido com exatidão, encontraremos um resultado eficaz. Receita para minha mãe é uma narrativa que sugere caminhos, sendo sempre acrescentada por temperos novos, medidas novas, rabiscos que cancelam um ingrediente e acrescentam outros ... (ANDRADE, 2011, p. 72).

Partilhamos então aqui, de forma breve, a narrativa de um projeto, um curso de agentes culturais populares que passando por diferentes instituições, recebendo acréscimos, rabiscos, incluindo ou retirando ingredientes concluiu 4 turmas. A idealizadora dessa ação professora Adriana Facina, ao explicar a origem da ideia do curso a partir de seu trabalho de campo de pós-doutorado, destaca:

Durante o período de trabalho de campo, o contato com artistas, produtores culturais e lideranças comunitárias das favelas me fez perceber que havia uma dinâmica cultural intensa nesses territórios, mas com pouco ou nenhum apoio público ou privado para a realização dessas atividades.

(...) Constatada essa realidade, idealizei, em conjunto com os membros do Observatório da Indústria Cultural (Oicult), grupo de pesquisas que coordeno na UFF, um projeto voltado à capacitação desses agentes culturais no sentido de habilitá-los a disputar editais de fomento, incluir suas atividades em leis de incentivo cultural e captar recursos para as mesmas sem a intermediação de ONG's ou de profissionais especializados. (FACINA, 2012, p. 37).

Percebemos nesse exemplo a relação intensa entre a pesquisa e a extensão. No entanto, não vemos aqui uma relação de hierarquia, mas sim de um exemplo onde a pesquisa desenvolvida por Facina possibilitou encontros que, ao se transformarem em escuta as demandas daqueles que já realizavam atividades culturais nas comunidades, desejavam saber/aprender, garantindo uma ação de extensão mais dialógica.

A quarta edição do curso aconteceu no Instituto Federal do Rio de Janeiro e recebeu o nome de “Periferias em Cena”, sob a coordenação de umas das autoras desse artigo, Pâmella Passos. Nesta turma, assim como nas outras, o início do curso foi marcado por uma escuta do que esses alunos extensionistas almejavam do curso.

Muitos tinham como objetivo aprender a escrever projetos, ganhar editais, captar recursos, mas nem todos. Alguns queriam apenas fazer redes de cooperação e troca e assim, dar continuidade as ações culturais que eles já desenvolviam. Assim, em cada encontro a equipe técnica do projeto e os alunos foram tecendo saberes, fazendo cultura COM as periferias e não PARA elas. Juntos, produzimos festivais, passeios, livros, vídeos, afetos, encontros. O tempo dessa ação não se esgotou do cronograma do projeto, a comunicação entre os envolvidos existe até hoje.

4. Da extensão à comunicação: recuperando o convite de Paulo Freire

A experiência-receita apresentada teve como objetivo exemplificar, dar concretude, através de uma narrativa, aos muitos caminhos possíveis na prática de uma relação com a sociedade que se dê pela comunicação e não pela extensão como ato de estender. O que está em questão aqui não é mudar o termo “extensão” apenas, é muito mais, é reconstruir a base e a direção de onde produzimos nossos saberes, substituindo a ideia de produzir para alguém, seja uma comunidade rural, urbana, em vulnerabilidade ou não, por produzir com, lado a lado, ciente de que a Universidade e os Institutos terão mais recursos técnicos e científicos, mas que nem por isso serão os únicos a criar e construir saberes. É ressaltar também a extensão como prática da liberdade.

Como observamos até aqui, a despeito de seu caráter de aproximação com a comunidade, a extensão pode ser uma mera transmissão de conteúdos de forma bancária e hierárquica, principalmente se não ficarmos vigilantes a um olhar técnico que anula os saberes dos alunos-extensionistas. O convite, e ao mesmo tempo desafio, que nos faz Paulo Freire é: como podemos pensar e fazer práticas extensionistas libertárias?

A definição assistencialista de extensão deve ceder lugar ao diálogo que pauta a premissa libertária do conhecimento. Paulo Freire aponta que o termo comunicação talvez caiba melhor no conceito de troca de saberes entre os interlocutores. Desse modo, as instituições e seus acadêmicos devem lembrar que o conhecimento não se refere apenas ao que está escrito nos livros ou na produção científica, mas em tudo que se estabelece nas relações homem – homem e homem – mundo.

Estamos convencidos de que, qualquer esforço de educação popular, esteja ou não associado a uma capacitação profissional, seja no campo agrícola ou no industrial urbano, deve ter, pelas razões até agora analisadas, um objetivo fundamental: através da problematização do homem-mundo ou do homem em suas relações com o mundo e com os homens, possibilitar que estes aprofundem sua tomada de consciência da realidade na qual e com a qual estão. (FREIRE, 1983, p. 21).

Ao realizar nossas ações de extensão, que possamos compreender que não se trata de “dar voz” aos mudos/emudecidos, mas sim de dar ouvidos, abrir escutas, potencializar como megafones, gritos e indagações que brotam, a cada dia, de lugares recorrentemente silenciados e deslegitimados. Se a extensão é a ponte das instituições públicas com a comunidade, que esta seja uma ponte de mão dupla e de encontros. O afeto, tão importante para Paulo Freire, deve estar presente nesse movimento, mas ao mesmo tempo, compreendendo a posição que ocupamos e os efeitos dela decorrentes, pois como ele aponta:

A aproximação de natureza afetiva, entre pessoas de “status social” diferente, não diminui a distância imposta pelo e implícita no “status”. Nesta aproximação afetiva não se deve ver somente o humanitarismo de alguém, mas também a estrutura em que se encontra inserido, que igualmente o condiciona. (FREIRE, 1983, p. 31).

O lugar de professores, pesquisadores e técnicos não desaparecerá. Esses sujeitos, numa sociedade brasileira excludente e hierarquizada, onde saber é poder e com pouco acesso à educação formal de qualidade, produzem silenciamentos. Assim, caberá àqueles e àquelas que, conscientes de seu lugar de privilégio, decidam por não serem signatários do silenciamento ao afirmar o dialogismo e reconhecer, incessantemente, os saberes que emergem dos lugares amaldiçoados como terras do não saber.

Nesses tempos conservadores, amaldiçoadas também estão as Universidades Públicas, Institutos Federais e Escolas que afirmam uma educação crítica e libertária. A esses locais, o xingamento “Balbúrdia” foi dado, mas como Bakhtin (2004) e Freire (1983) afirmam, as palavras importam e são ressignificadas a cada instante. Para aqueles que olham a educação pela lupa do mercado, tudo o que foge da lógica produtivista é visto como “bagunça” e “ridículo”, eles têm pressa e seus objetivos são imediatistas.

Esse artigo, escrito durante a quarentena imposta pela Pandemia que assolou o mundo em 2020, tem por objetivo estimular pensamentos, transformações e reflexões sobre o que é essencial. Por isso, separamos um trecho do texto escrito por Nivea Andrade durante as incertezas desse confinamento:

Houve um tempo não muito distante,
em que as pessoas reclamavam
que enquanto um tsunami conservador e até retrógrado
invadia todos os continentes do planeta,
as mesmas pessoas continuavam vivendo as suas vidinhas
como se não estivessem tendo os seus direitos cortados.
As pessoas viviam seus cotidianos normalmente,
ainda que sendo massacradas.
Não paravam para uma greve
Não paravam para uma manifestação
Não suspendiam o cotidiano
Para pensar na transformação
Para pensar no essencial
(...)”³

Para nós foi essencial recuperar Paulo Freire nesse artigo a partir de uma obra escrita por ele em 1969, período no qual uma ditadura impedia-o de estar no Brasil, é trazer à baila a atualidade do seu pensamento. Em 2020, Freire já morto não é exilado, mas desrespeitado por aqueles que, com objetivo de implementar suas pautas conservadoras, dentre elas a privatização da educação, semeiam o ódio ao seu nome e suas obras. Ódio esse estendido aos professores, sobretudo da educação pública e praticantes de uma educação crítica (PENNA, 2016).

Compreendemos esse ódio, pois frente a tantos ataques, Paulo Freire perseguido pela ditadura, manteve seu esperançar. Ensinando-nos que esperança é verbo, que implica em levantar-

³ Disponível em: https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=1073413479689876&id=236522870045612. Acesso em: 2 abr. 2020.

se, organizar-se e lutar, Freire se tornou imortal nas mentes de onde jamais poderá ser arrancado. Não há mordidas que calem o pensamento de Paulo Freire nos corações que batem por uma educação libertária.

Paulo Freire Vive! E que possamos comunicar mais e mais nossa Balbúrdia.

Referências

ANDRADE, N. **Práticas escolares como táticas criadoras**: os praticantes nas tessituras de currículos. 2011. 153f. Dissertação (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação, Rio de Janeiro, 2011.

BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Trad. de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2004.

FACINA, A. Cultura em movimento: uma apresentação da experiência do Curso de Agentes Culturais Populares. *In*: DANTAS, A.; MELLO, M. S.; PASSOS, P. (org.). CURSO DE FORMAÇÃO DE AGENTES CULTURAIS POPULARES: Periferias em Cena!, 4., 2012, Rio de Janeiro. 152 p.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 93 p.

PENNA, F. O ódio aos professores. *In*: AÇÃO EDUCATIVA ASSESSORIA, PESQUISA E INFORMAÇÃO (org.). **A Ideologia do Movimento Escola Sem Partido**. São Paulo: Ação Educativa, 2016.

Agradecimentos

A todos os profissionais da educação pública deste país que, frente aos inúmeros ataques sofridos, continuam seguindo firme na efetivação de uma educação pública, gratuita, crítica e de qualidade.